

# **A TRAJETÓRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE: DA COMPREENSÃO À MUDANÇA <sup>1</sup>**

**Simone Conceição Pereira DEÁK<sup>2</sup>**

---

**RESUMO:** O presente trabalho resgata a trajetória da Secretaria Municipal de Educação, a partir da construção de sua história e da análise dos elementos presentes nesta história. Desta forma, descreveremos o início da organização da Secretaria, seus primeiros programas, o processo de crescimento, complexificação e fragmentação da rede municipal de ensino na sucessão das administrações. Pontuamos e analisamos a preocupação de cada administração de acordo com os projetos educacionais criados e as prioridades estabelecidas. Buscamos elementos de continuidade e descontinuidade nos processos educacionais, detectando a origem dos problemas encontrados hoje e pista para superá-los. Discutimos os limites das formas de gestão até então efetuadas, os desafios presentes e a necessidade de redimensionar as ações da Secretaria Municipal de Educação, no sentido de atender as demandas atuais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Municipal; Gestão Educacional; Política Educacional; História; Projetos Educacionais

**ABSTRACT: THE TRAJECTORY OF THE MUNICIPAL SECRETARIAT OF EDUCATION IN PRESIDENTE PRUDENTE: FROM COMPREHENSION OF TRANSFORMATION**

The Present Work Rescues The Trajectory Of The Municipal Secretariat Of Education, From Its History Building Up And The Analysis Of The Current Elements In This History. Therefore, We Delineate The Beginning Of The Secretariat Organization Process With Its First Programs. In The Sequence, We Describe How The Municipal Education System Has Developed, How It Has Become More And More Complex And How It Has Been Fragmented Through The Succeeding Governments. We Point Out And Analyze Which Were Each Government Concerns, According To The Educational Projects Created And The Priorities Established By Each One. We Bring Out The Permanence And Discontinuance Of The Current Elements In The Educational Process, Trying, Therefore, To Clear Up The Origin Of The Problems We Have Today, In Order To Find Out Some Clues To Surpassthem. We Discuss The Limits Of Each Management System So Far Developed, The Present Challenges, And The Necessity Of Redimensioning The Municipal Secretariat Of Education Actions, In Order To Attend To The Current Requirements.

**KEY-WORDS:** Municipal Educations; Management; Educational Policy; History; Educational Projects

---

<sup>1</sup> Monografia apresentada ao curso de especialização em Planejamento e Gestão Municipal sob a orientação do Prof. Ms. Everaldo Santos Melazzo.

<sup>2</sup> Professora da Rede Municipal de Ensino- Secretaria Municipal de Educação de Presidente Prudente – Presidente Prudente – Estado de São Paulo – Brasil.

## HISTÓRICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC

A Secretaria Municipal de Educação de Presidente Prudente<sup>3</sup> foi criada em dezembro de 1983, na Administração de Virgílio Tiezzi Junior. Nessa época, os projetos educacionais que a Secretaria possuía eram o ensino pré-escolar e a educação de jovens e adultos.

Em 1983, a então Coordenadoria de Educação, Cultura, Turismo e Lazer era responsável pela Educação de Jovens e Adultos, em convênio com o Mobral, pela pré-escola “Chapeuzinho Vermelho” (na época com 17 classes) também em convênio com o Mobral e pela pré-escola “Pingo de Gente” (na época com 30 classes). Essas classes funcionavam junto às creches, centros comunitários e escolas estaduais.

Não havia nesse período exigência de habilitação específica e o trabalho era exercido por estagiários que cursavam o ensino superior. Ainda em 1983, acontece o primeiro exame de seleção para professores da pré-escola “Pingo de Gente”, já com a exigência de habilitação específica, passando os mesmos a serem contratados a partir de fevereiro de 1984, pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Quanto ao trabalho pedagógico, este baseava-se no desenvolvimento das habilidades necessárias ao processo de alfabetização, priorizando os aspectos de nutrição e saúde. Iniciava-se também o debate entre alguns profissionais sobre a prática pedagógica vigente, buscando novas formas de trabalho com a criança, porém sem grandes avanços.

Em 1985, o número de classes da pré-escola amplia-se para 79, sendo 40 da pré-escola “Pingo de Gente” e 39 da “Chapeuzinho Vermelho”. Nesse mesmo ano a diretora do Departamento de Estudos e Normas<sup>4</sup> participa do Encontro de Professores da pré-escola em Águas de Lindóia, onde conhece o PROEPRE – Programa de Educação Pré-Escolar, tema da Dissertação de Mestrado da Professora Orly Zucatto Mantovani de Assis, da UNICAMP, que discorria sobre a aplicação em sala de aula da teoria de Jean Piaget. Este programa foi apresentado e discutido com os professores como uma proposta a ser implantada experimentalmente, porém, o custo para implantar o programa era alto e seria o mesmo, fosse ele para um número reduzido de classes ou para toda a rede. Dessa forma, o caráter experimental do programa foi deixado de lado e a implantação foi feita em todas as classes de pré-escola da rede municipal. Para a sua implantação, foi realizado um curso de 240 horas com todos os professores da rede municipal e feita a compra de brinquedos e materiais pedagógicos para todas as salas de aula.

Para acompanhar todo o processo de implantação, além da assessoria técnica dos professores da UNICAMP, havia a equipe técnica da Secretaria composta por duas pedagogas, uma coordenadora de pré-escola e um professor de educação física. Foi realizada, ainda, uma eleição entre professores da rede para escolha de coordenadores de núcleo, sendo eleitos cinco professores. Cada um desses coordenadores de núcleo se responsabilizavam pelas visitas e reuniões setoriais de dez classes de pré-escola.

Nesse mesmo ano de 1985, a Educação de Jovens e Adultos também passa por um processo de revisão, surgindo um novo projeto, com uma concepção diferente da adotada pelo Mobral, tendo como projeto piloto a implantação de uma classe na periferia de Presidente Prudente. A metodologia usada estava embasada em Paulo Freire, sob a orientação da Professora Josefa Aparecida Gonçalves Grigoli, do Departamento de Educação da UNESP – Campus de Presidente Prudente. Em 1986, com a extinção do Mobral e a lenta organização da Fundação Educar, a Prefeitura ampliou esse projeto para as outras classes, assumindo um total de 12 salas e 200 alunos.

O PROEPRE foi efetivamente implantado em 1986 e em outubro de 1987 é realizado o primeiro concurso público para a efetivação de professores pré-escolares e técnicos em Educação. Nesta época, a Secretaria de Educação, Cultura, Turismo e Lazer já possuía 85 salas de aula da pré-escola e neste concurso foram efetivados 50 professores.

A prioridade neste momento passa a ser a qualidade do atendimento realizado na pré-escola e na educação de jovens e adultos, assim como a preocupação com a formação continuada dos professores da rede municipal de Ensino.

Em 1986, ocorre a discussão com toda a rede sobre a elaboração do Estatuto do Magistério Público do Município de Presidente Prudente, aprovado em 11 de dezembro de 1986. Também a equiparação salarial e funcional dos professores da pré-escola “Chapeuzinho Vermelho” com os da pré-escola “Pingo de Gente”, que até então, recebiam salários diferenciados em virtude do convênio com Mobral (depois Fundação Educar). A partir de 1987, o Curso do PROEPRE passa a ser ministrado pelos técnicos da Secretaria Municipal de Educação aos novos professores. Em 1988, ocorre o 1º Curso de Atualização e “Reciclagem” aos professores da rede, passando a denominar-se, no ano seguinte, Curso de Aprofundamento.

Ao final de 1988, a Secretaria contava então, com atendimento de 1700 crianças de pré-escola e 400 alunos na Educação de Jovens e Adultos, para os quais haviam 85 professores de pré-escola, 35 contratados (CLT) e 50 efetivos e mais 27 da educação de adultos, sendo que 5 desses últimos também trabalhavam com a pré-escola.

<sup>3</sup> O Secretário de Educação nesta administração municipal era o Professor Pedro Newton Rotta.

<sup>4</sup> A Diretora do Departamento de Estudos e Normas era a Psicóloga Regina Lúcia Meirelles Gonçalves Ito.

Até 1989 a Pré-Escola Municipal “Pingo de Gente”<sup>5</sup>, que atendia crianças de 4 a 6 anos em período parcial, era o único atendimento realizado à Educação Infantil pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Lazer, estando estas classes nas creches municipais, particulares, escolas estaduais ou centros comunitários. A estrutura da Secretaria neste período buscava atender a esta realidade, estando a equipe pedagógica composta por pedagogos efetivos e professores de pré-escola, eleitos para exercer por 2 anos a função de coordenador de núcleo, de acordo com o Estatuto do Magistério.

Em 1989, já na Administração de Paulo Constantino, amplia-se um pouco mais a rede municipal<sup>6</sup>, passando o atendimento da pré-escola para 2.350 crianças, com 100 classes e 100 professores, sendo 50 efetivos e 50 contratados. A Educação de Jovens e Adultos é extinta neste ano e sua equipe é colocada à disposição. A prioridade desta Administração concentra-se na implantação da rede física municipal com a construção de prédios próprios e o atendimento à educação infantil em tempo integral.

#### O CIEM (Centro Integrado de Educação Municipal)

*O CIEM, visava o atendimento à Educação Infantil de 4 a 6 anos de idade em período integral; Educação Suplementar I, destinado a crianças de 7 a 14 anos, em período oposto ao da escola de primeiro grau; Educação Suplementar II, destinado a alfabetização de jovens e adultos; Programa de Resgate Cultural destinado a comunidade com atividades culturais, sociais e recreativas solicitadas, oferecidas principalmente nos finais de semana, feriados e período de férias.*

*O primeiro CIEM (Centro Integrado de Educação Municipal) começa a ser construído, sendo denominado após a sua conclusão de CIEM “Professor João Bohac”, em setembro de 1990.*

O segundo CIEM foi inaugurado em junho de 1991, recebendo o nome de CIEM “Professor Ditão”, no Jardim Everest. O terceiro CIEM iniciou suas atividades em maio de 1992 e sua inauguração ocorreu em dezembro de 1992, recebendo o nome de CIEM “Professora Vilma Gianoti Martinez”, no Parque Cedral. Em dezembro de 1992, foram ainda inaugurados mais 4 CIEMs, os quais, pelo espaço físico, foram considerados mini CIEMs. Estes CIEMs possuíam apenas um pavilhão com instalações para creches, salas de aula para pré-escola, educação suplementar e ensino supletivo. Estes mini CIEMs foram

construídos nos distritos, recebendo os respectivos nomes: em Montalvão, CIEM “Pioneiro Ettore Marangoni”, em Floresta do Sul, CIEM “Pioneiro Alberto Bernardes Sotelo”, em Ameliópolis CIEM “Pioneiro Luiz Alves dos Santos” e em Eneida CIEM “Pioneiro Carlos Alberto Arruda Campos”.

#### O CCIM (Centro de Convivência Infantil Municipal)

Em janeiro de 1991, as creches municipais que até então, estavam na Secretaria da Promoção Social, foram transferidas para a responsabilidade da Secretaria de Educação, Cultura, Turismo e Lazer. Para atender este projeto formou-se na SEDUC uma nova equipe composta por uma pedagoga, três assistentes sociais, uma orientadora pedagógica e uma psicóloga. A rede de creches municipais, neste período, estava composta por 11 unidades<sup>7</sup> e esta nova equipe tinha a proposta de fortalecer o caráter educativo com as crianças de 0 a 6 anos. A rede de creches passou a denominar-se CCIMs.

Nesta época, as classes de pré-escola que funcionavam nas creches municipais foram desvinculadas da coordenação pedagógica da pré-escola “Pingo de Gente”, ficando subordinada a esta nova equipe, que não possuía ainda coordenadores de núcleo, ficando os primeiros 6 meses sem nenhuma orientação pedagógica. A partir do 2º semestre passou-se a ter uma coordenadora de núcleo para todas as salas de aula dos CCIMs, o que foi avaliado ao encerrar o ano letivo como insuficiente para o atendimento aos professores.

Em 1992, tentou-se uma orientação aos CCIMs, na qual as Coordenadoras de Núcleo assumiam cada uma 4 unidades, orientando os professores e as ADIs. Na metade do 2º semestre esta orientação foi desmontada e as Coordenadoras de Núcleo voltaram a orientar apenas os professores e passaram a ter uma Coordenadora Pedagógica para este grupo de 4 Coordenadoras de Núcleo. Para a orientação das ADIs dos CCIMs, ficam neste período, na SEDUC: um Diretor Administrativo, um Coordenador Pedagógico, quatro Orientadores Pedagógicos e a Equipe Técnica de Apoio com três assistentes

<sup>7</sup> As creches que a Secretaria da Educação recebe em 1991, num total de 11 creches eram:

- Creche Irmã Nazarena Zamith – Parque Alvorada (antigo Polo Social Integrado – Irmã Nazarena Zamith)
- Creche Profa. Nair Musegante Lebrão – Cecap
- Creche Maria Hadad Haidamus – Vila Furquim
- Creche Maria Edite T. Perrone – Vila Nova Prudente
- Creche Paulo Roberto – atual EMEI Edna Carnelós Barbosa (antigo Polo Social Integrado Paulo Roberto)
- Creche Valter Marques – Jardim Guanabara
- Creche Ondina Quirino Barbosa – Jardim Monte Alto
- Creche Lila Bayton – Vila Formosa – atual EMEI Edson Lopes
- Creche Ettore Marangoni – Montalvão
- Creche Alberto Bernardes Sotello – Floresta do Sul
- Creche Eldorado – extinta em seguida por falta de condições na estrutura física do prédio para o funcionamento.

<sup>5</sup> Em 1989, a Pré-Escola Municipal Pingo de Gente já representava a junção da antiga Pré-Escola Pingo de Gente, que só atendia crianças de 6 anos, com a Pré-Escola Chapeuzinho Vermelho, que atendia crianças de 4 e 5 anos. Esse processo de junção vai se dar ao longo dos anos de 1987 e 1988.

<sup>6</sup> A Secretária desta administração era a Professora Ondina Barbosa Gerbasi.

sociais e uma psicóloga. Neste ano ainda, realizam-se dois projetos piloto<sup>8</sup>, durante 6 meses em dois CCIMs, Alvorada e Cecap. Mesmo com estas mudanças, a própria Equipe avaliava que este esquema era inadequado, pois um Orientador Pedagógico para 4 unidades representava não ter um acompanhamento sistemático da rotina e das atividades do CCIM, fundamental para que ocorresse uma real mudança no caráter educativo do atendimento.

Com base nestas argumentações, foi decidido que cada CCIM teria então um Orientador Pedagógico. Após longas discussões das Equipes da Secretaria, decidiu-se que a escolha destes Orientadores Pedagógicos seria através de processo eletivo. Realizaram-se em dezembro de 1993 eleições para catorze vagas de Orientadores Pedagógicos dos CCIMs, sendo preenchidas a princípio apenas dez, sendo que as outras 4 foram preenchidas posteriormente através de convite da Equipe, uma vez que não haviam candidatos. Foi eleita também uma Coordenadora Pedagógica que articulava o trabalho dos 14 Orientadores Pedagógicos.

A partir de 1994, a Equipe dos CCIMs era composta por 14 Orientadores Pedagógicos, 2 Coordenadores de Núcleo para a orientação dos professores do CCIM e uma Coordenadora Pedagógica na SEDUC. Em 1995, a estrutura continua a mesma, com exceção do número de Coordenadores Pedagógicos na SEDUC que passou a ser de dois para os CCIMs, com a argumentação de que apenas um era insuficiente para o número de Orientadores Pedagógicos existentes. Aos Orientadores Pedagógicos cabia, então, a orientação das A.D.I.s (Auxiliares de Desenvolvimento Infantil) e aos Coordenadores de Núcleo a orientação dos professores de pré-escola que atuavam nos CCIMs. Essa divisão gerava problemas, já que nos CCIMs conviviam orientações diferentes e, às vezes, conflituosas. Em 1996 os Orientadores Pedagógicos assumiram a orientação dos professores dos CCIMs e a figura do coordenador de núcleo nos CCIMs desapareceu.

#### **O PAIP (Programa de Atendimento à Infância Prudentina)**

Em 1994 foi implantado o PAIP, que tinha como objetivo abarcar em um só local os projetos CCIM e CIEM, atendendo crianças de 0 a 6 anos em tempo integral, estando sua estrutura física, dividida em dois grandes pavilhões: os berçários e maternais de um lado, com crianças de 0 a 3 anos

e, no outro, a pré-escola, com crianças de 4 a 6 anos.

O primeiro PAIP inaugurado é o do Conjunto Habitacional Ana Jacinta, que recebeu o nome de "Karina Athia Krasucki". A unidade iniciou suas atividades em maio de 1994, com 2 Orientadores Pedagógicos, sendo um para o atendimento dos profissionais (ADIs) que trabalhavam com as crianças de 0 a 3 anos, e outro para o atendimento dos profissionais (professores e ADIs) que trabalham com crianças de 4 a 6 anos, uma vez que a quantidade de agrupamentos e crianças atendidas também era muito grande.

Na SEDUC este projeto também fica dividido, com um Orientador Pedagógico na Equipe do CIEM e o outro na Equipe do CCIM.

O segundo PAIP a ser inaugurado foi o do Conjunto Habitacional Brasil Novo, que recebe o nome de "Jovita Terin" e inicia suas atividades em 1995. Embora não tenha sido construído com a mesma estrutura do primeiro, também recebe a denominação PAIP, mas foi considerado desde o início como CCIM, atendendo nos primeiros anos crianças de 4 a 6 anos apenas em período parcial, e possuindo apenas um Orientador Pedagógico.

O CCIM do Parque Alvorada, após uma avaliação e reforma no seu espaço físico, passa por algumas mudanças e recebe também a denominação de PAIP, inclusive com duas Orientadoras Pedagógicas (95/96).

#### **A EMEI (Escola Municipal de Educação Infantil)**

O primeiro atendimento feito à Educação Infantil pela Secretaria Municipal de Educação em Presidente Prudente tem origem na Pré-Escola "Pingo de Gente" e "Chapeuzinho Vermelho", com o atendimento às crianças de 4 a 6 anos em período parcial. A partir de 1990, com a criação dos CIEMs e, logo em seguida, com a vinda das creches para a SEDUC, a Pré-Escola Pingo de Gente passa a denominar-se EMEI.

Até 1990 as salas estavam localizadas em centros comunitários, creches, escolas estaduais e em alguns prédios próprios, a saber: EMEI "Orlando Nochetti" (inaugurado em 1986 como Escola Municipal do Parque São Francisco), "Centro Comunitário Jardim Sabará" (atualmente desativado), EMEI Edna Carnelós Barbosa (antigo Polo Social Integrado Paulo Roberto) e EMEI Irmã Nazarena Zamith (antigo Polo Social Integrado Irmã Nazarena Zamith).

A partir de 1990, a EMEI passa a ter outras unidades próprias e/ou cedidas: EMEI "Eluiza de Rezende Rodrigues", com 06 salas de aula e 12 classes (anexa ao I.E. Fernando Costa); EMEI Vila Flores, com 03 salas de aula e 06 classes (no prédio da antiga Escola Estadual Carmem P. Delfin); EMEI "José Carlos Pimenta" com 5 salas de aula e 10 classes (no prédio da antiga E.E. José Carlos Pimenta – 1994); EMEI

<sup>8</sup> Projeto-Piloto (Creches Alvorada – CECAP): foi realizado nestas duas creches num período de 6 meses, onde a Equipe Técnica de Apoio acompanhou e interviu, na rotina e atividades do CCIM, no sentido de repensar e reorganizar toda a práxis dos profissionais da creche (ADIs, Professores da Pré-Escola, Coordenadora da Creche, Serviços Gerais, Merendeiras) de forma sistemática, onde a Equipe Técnica de Apoio se deslocava todos os dias para estes CCIMs. O trabalho com a família também foi realizado com frequência neste período.

“Aparecida Alves”, também com 5 salas de aula e 10 classes (no prédio da E.E. Aparecida Alves – 1995). Continuaram vinculadas as EMEI's as salas da pré-escola que funcionavam nas Escolas Estaduais, Creches Particulares e Centros Comunitários. Na SEDUC a estrutura permaneceu quase a mesma, variando apenas o número de Coordenadores de Núcleo, o qual com a criação dos CIEMs e CCIMs diminuiu de 8 para 5 em 1992, passando em 1993 para 7 Coordenadores de Núcleo. Havia também uma Pedagoga e uma Diretora Administrativa.

Em 1998, na Administração Mauro Bragato, as Unidades Escolares passam a receber a denominação de EMEI, EMEIF e EMEF<sup>9</sup>.

A generalização do termo EMEI para as unidades de CIEMs e CCIMs se dá em virtude de todas elas atenderem à Educação Infantil (0 a 6 anos), com a única diferença em relação ao atendimento ser parcial ou integral.

A partir de 1996, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 14, os municípios passam, obrigatoriamente, a destinar 15% das suas Receitas Próprias e de Transferências ao Ensino Fundamental. Essa alteração na lógica do financiamento ampliou as responsabilidades dos municípios em relação ao Ensino Fundamental, provocando, no caso de Presidente Prudente, alterações no atendimento da SEDUC.

Assim, no ano de 1998, a Secretaria Municipal de Educação assume as crianças da 1ª série não atendidas pela Rede Estadual (por terem 7 anos incompletos), num total de 1.213 crianças em 36 classes. Essas classes passaram a funcionar em unidades municipais, surgindo assim a EMEIF (Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental).

Em 1999, o Município assina o Convênio com a Secretaria do Estado municipalizando 11 escolas<sup>10</sup>, num total de 13 prédios e 5.314 crianças

<sup>9</sup> Locais onde ainda funcionam as classes de Pré-Escola e Ensino Fundamental que são consideradas Classes Isoladas da Rede Municipal de Ensino (1999):

- Creches Particulares:
  - ✓ Creche do Lar dos Meninos (3 classes)
  - ✓ Creche Clotilde Veiga de Barros (3 classes)
  - ✓ Creche Walter Figueiredo (4 classes)
  - ✓ Creche Anita Braga de Oliveira (4 classes)
  - ✓ Creche Mei-Mei (3 classes)
  - ✓ Creche do Ersa (3 classes)
  - ✓ Creche da UNESP (2 classes)
- Escolas Estaduais:
  - ✓ EEPG “Catarina Martins Arteiro” (2 classes)
  - ✓ EEPG “Norma Clarinda” (3 classes)
  - ✓ EEPG “Ivo Garrido” (1 classe)
- Centros Comunitários / Salão Paroquial e outros:
  - ✓ Centro Comunitário Ana Jacinta (4 classes)
  - ✓ Centro Comunitário Santa Edwiges (4 classes) – Parque Watal Ishibashi
  - ✓ Centro Comunitário do Brasil Novo (4 classes)
  - ✓ Casa da Sopa (6 classes) – Jardim Morada do Sol
  - ✓ Bosque da Vila Aurélio (2 classes)
  - ✓ CDHU (Conjunto Habitacional Ana Jacinta) – (4 classes)

<sup>10</sup> As 11 escolas municipalizadas são:

do Ensino Fundamental, de 1ª a 4ª série, mais as classes das unidades municipais já instaladas no ano anterior. Desta forma, surge então a denominação EMEF (Escola Municipal de Ensino Fundamental) destinadas às Unidades que só possuíam o Ensino Fundamental.

## Outros Projetos

### Projeto 2.000

O Projeto 2.000 veio para a Secretaria Municipal de Educação<sup>11</sup> em 1995, resultante da união entre o então Projeto Esperança<sup>12</sup>, da SECRIFA (Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social), e a Educação Suplementar I dos CIEM's. Era oferecido a crianças de 7 a 12 anos, em período oposto ao do frequentado na Escola Estadual.

O projeto era destinado à crianças carentes de alguns bairros periféricos da cidade, funcionando na EMEI Armando Nochetti, EMEI Irmã Nazarena Zamith, Lar Santa Filomena e nos três CIEM's (João Bohac, Ditão e Vilma Gianotti).

O Projeto 2.000 permaneceu na SEDUC até 1996 e tinha um Coordenador Pedagógico e um Orientador Pedagógico para atender aos professores.

Em 1997, na Administração Mauro Bragato<sup>13</sup>, este projeto é transferido para a SAS (Secretaria da Assistência Social) pelo seu caráter assistencial e sócio-educativo.

### Ensino Supletivo (1ª a 4ª séries)

Extinta no início de 1989, a Educação de Jovens e Adultos é depois retomada dentro da estrutura dos CIEM's, como Educação

- 
- ✓ EMEF Alayde Tortorela F. Mota
  - ✓ EMEIF Carlos Castilho Cabral
  - ✓ EMEIF Carmem Pereira Delfim
  - ✓ EMEIF Domingos Ferreira de Medeiros
  - ✓ EMEIF Pedro Furquim
  - ✓ EMEF João Franco de Godoy
  - ✓ EMEIF Padre Emílio Becker
  - ✓ EMEIF Professor Ocyr Azevedo
  - ✓ EMEIF Professora Rosy Brandão
  - ✓ EMEF Maria do Socorro B. Almeida
  - ✓ EMEF Ruy Carlos Berbet

Compõem ainda as 11 escolas municipalizadas, mais dois prédios:

- ✓ EEPG Nirma Jorge
- ✓ EEPG (A) João Ceribelli Pacca

que já eram à época escolas agrupadas/vinculadas a outras unidades.

<sup>11</sup> A Secretaria de Educação, Cultura, Turismo e Lazer, em 1993, na Administração Agripino de Oliveira Lima é desmembrada, passando então a ser Secretaria Municipal de Educação.

<sup>12</sup> Tem origem no Projeto Crescer, que iniciou com a SEPRM (Secretaria da Promoção Social).

<sup>13</sup> O atual Secretário Municipal de Educação é o Professor Pedro Newton Rotta.

Suplementar II, a partir da criação do 1º CIEM em setembro de 1990.

Nos anos que se seguiram o Supletivo foi estendido a outros locais, variando o número de classes entre 9 e 11 no total. Possuía um Orientador Pedagógico e um Coordenador Pedagógico na SEDUC. Atualmente o Supletivo possui 11 classes, atende 339 alunos e concentra-se nas seguintes unidades: EMEF Alayde Tortorela F. Mota, com 5 classes, EMEIF Prof. Ditão, com 2 classes e EMEIF Profa. Vilma Gianotti Martinez, com 4 classes. Essas classes são oferecidas aos professores da pré-escola como Carga Suplementar.

### **Programa de Combate ao Analfabetismo**

No 2º semestre de 1997 a Secretaria Municipal de Educação lançou o Programa de Combate ao Analfabetismo. Resultado de convênio com a UNESP, as aulas são ministradas por estagiários denominados monitores, alunos dos Cursos de Licenciatura da UNESP. A SEDUC possui um Coordenador Pedagógico que trabalha diretamente com esses monitores e conta com a assessoria da UNESP. Os monitores recebem um salário mínimo e o tempo em sala de aula é de 2 horas diárias mais o HTPC. O Programa possui hoje 20 classes e atende um total de 380 alunos.

### **A Busca da Formação Continuada**

Em 1986, ao implantar o PROEPRE, a SEDUC estabelecia o início de um processo de formação continuada. A partir de então, a Secretaria Municipal de Educação passou a oferecer dois momentos de formação continuada aos professores da Pré-Escola.

Um deles era o próprio PROEPRE, ministrado pela equipe da SEDUC, obrigatório para todos os professores da pré-escola e com um total de 240 horas. Era ministrado em três etapas, ao longo do ano, ocupando períodos do recesso escolar, e, também em períodos de aula, quando então os alunos eram dispensados.

O outro curso denominado “Curso de Aprofundamento”, acontecia anualmente, na segunda semana de julho, antecedendo o recesso, com caráter obrigatório, organizado pela Equipe Pedagógica da SEDUC com, no mínimo, 30 horas de duração.

A formação continuada terá esse desenho até 1989/90.

A partir do momento em que a rede questiona o PROEPRE, por volta de 1990/91, o curso para os professores iniciantes sofre mudanças, tendo um enfoque centrado nas áreas de conhecimento e passando a ter uma carga horária de 180 horas até 1995. O Curso de Aprofundamento se manterá nas mesmas condições até 1995.

Com a conquista da HTP, em 1994, a rede passa a ter mais um momento de formação. A HTP semanal realizada na unidade escolar, sob a coordenação do orientador pedagógico, constituindo-se em momento de planejamento, estudo e avaliação.

A partir de 1997 o momento de Formação Continuada da Rede transforma-se no Congresso de Educação Infantil Municipal, evento este idealizado pela Diretoria de Organização e Coordenação Pedagógica<sup>14</sup> (ex-Departamento de Estudos e Normas). Desta forma, perde o seu caráter obrigatório, passando a acontecer na 3ª semana do mês de julho, no recesso dos professores, aberto à participação dos educadores das cidades da região.

Em 1998, aconteceu o “II Congresso de Educação Infantil Municipal” com o tema “Projeto Pedagógico – Ação do Professor”, e, em 1999 aconteceu o “III Congresso Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental” com o tema “Construção da Autonomia da Escola”, atendendo assim à nova realidade da Rede.

### **Problemas e Desafios da Gestão Educacional de Presidente Prudente**

O primeiro problema com o qual nos deparamos foi a ausência de dados sistematizados em relação ao atendimento. Os dados utilizados são de fontes diversas, alguns encontrados em jornais da época e outros em relatórios isolados, localizados na SEDUC, pouco elaborados e, em alguns casos, contraditórios entre si. Assim, podemos concluir que a constituição dos projetos não se fazia a partir de dados reais, sobre os quais se planejava e se avaliava os resultados alcançados.

Somente na gestão atual encontramos um início de sistematização, trabalho este feito na Diretoria de Planejamento e Projetos. Um outro elemento que chama a atenção na análise é a própria estrutura da Secretaria Municipal de Educação. Até 1996 o organograma da SEDUC (criado em 1983) era centralizado em dois grandes departamentos (Departamento de Estudos e Normas e Departamento de Ensino). Com a ampliação da rede municipal, o organograma foi incorporando divisões e seções, ficando extremamente hierarquizado. Os departamentos, divisões e seções sempre trabalharam sem muito diálogo entre si, possuindo uma característica diferente e compartimentada. O Departamento de Estudos e Normas se caracterizava por equipes que “pensavam”, as quais estavam sempre em discussões e reuniões e que, mais ou menos, definiam o “fazer” pedagógico da rede. O Departamento de Ensino tinha a característica de “operacionalizar”, sem grandes discussões do que seria feito.

<sup>14</sup> A Diretora de Organização e Coordenação Pedagógica é a Professora Isabel Cristina Arcaño Riquetti, idealizadora do Congresso.

*Na atual Administração ocorreu uma alteração no organograma, onde o termo Departamento foi substituído por Diretoria, inclusive com a alteração das nomenclaturas, dando ao organograma uma característica mais horizontal em relação ao anterior. Porém, a falta de diálogo entre as diretorias permaneceu e, mesmo entre as equipes de uma mesma Diretoria não há articulação entre os planos de trabalho, caracterizando uma ação fragmentada e com baixo grau de eficiência.*

*Um terceiro elemento comum na análise das administrações é a descontinuidade dos projetos, observável nas mudanças de governo ou mesmo dentro de um mesmo governo. O exemplo mais claro dessa descontinuidade foi a Educação de Jovens e Adultos; extinta na transição dos governos Tiezzi e Constantino e ressurgindo dentro dos CIEM's com um atendimento pequeno, variando entre 7 a 10 classes por ano. Na atual administração houve um aumento significativo no atendimento a esta população com a criação do Programa de Combate ao Analfabetismo, não superando, no entanto, os números históricos. Fica claro, portanto, a necessidade tanto de repensar o programa, quanto a sua institucionalidade no interior da Secretaria.*

A Educação Infantil é o único projeto que está presente o tempo todo, a princípio com atendimento às crianças de 4 a 6 anos e depois ampliando para 0 a 6 anos, embora presente outros níveis de descontinuidade. Na Educação Infantil pode-se dizer que a descontinuidade se dá nos diferentes enfoques que assume. Assim criaram-se os CIEM's para atender crianças de 4 a 6 anos em tempo integral, a Educação Suplementar I (crianças de 7 a 12, em período inverso da educação regular), e a Educação Suplementar II (suplência). Depois os CIEM's passaram a atender também em período parcial, visto que em algumas das regiões onde se instalaram não havia demanda para tempo integral.

Após os CIEM's criaram-se os PAIP's para atender crianças de 0 a 6 anos em tempo integral. Alterava-se assim a nomenclatura e o enfoque. No entanto, o enfoque estabelecido para os PAIP's não se reproduziu na construção da segunda unidade. Assim a construção do PAIP "JOVITA TERIN", no Conjunto Habitacional Brasil Novo, que por ser bem menor e possuir apenas um pavilhão, diferente do projeto original do primeiro PAIP vai atender apenas crianças de 0 a 3 anos em tempo integral e de 4 a 6 anos em período parcial. Interessante é salientar que, pelas condições do bairro, não terá sido a ausência de demanda que determinou a diminuição física e do tempo de atendimento.

A descontinuidade também pode ser percebida em relação ao processo pedagógico vivido pela rede. Após a implantação do PROEPRE a rede fez várias opções em relação à prática pedagógica, sem entretanto sistematizar as experiências vividas nesse processo. A rede não passou assim nem por um processo de avaliação

dessa experiência, nem por um replanejamento das ações da prática docente, assim como verificou-se a ausência de sistematização coletiva que resultasse, por exemplo, numa proposta curricular.

A partir de 1998 a Secretaria Municipal de Educação passou a trabalhar com o Ensino Fundamental, num primeiro momento com 36 classes e, em 1999, com a municipalização de 11 escolas e 13 prédios atendendo de 1ª a 4ª séries do 1º grau. Esse fato estabelece dois grandes desafios para a Secretaria, ou seja, administrar uma rede dimensionada, que praticamente triplicou num período de 2 anos, e ainda, a falta de experiência acumulada em relação ao Ensino Fundamental por parte dos Orientadores e Coordenadores Pedagógicos. Some-se a esse processo os desafios colocados pela política de inclusão dos portadores de necessidades especiais na rede.

Nesse sentido, pode-se perceber que não houveram processos sistematizados em relação à formação continuada. No caso da Educação de Jovens e Adultos isso pode ser explicado, em parte, pelas próprias descontinuidades que o programa sofreu. Mas essa lógica não cabe em relação à Educação Infantil.

Após 1986, as iniciativas em relação à formação continuada serão pontuais e descontínuas, com a participação em congressos, simpósios e seminários que foram incorporando novos elementos ao fazer pedagógico.

Paralelamente a isso, a rede foi crescendo, incorporando novos professores, com experiências variadas e, em 1991, com a vinda das creches para a Educação, o contingente de profissionais tornou-se ainda mais heterogêneo, com demandas de formação mais complexas. Assim a rede passou a ter desde profissionais semi-alfabetizados até de nível universitário; profissionais com muitos anos de trabalho e profissionais iniciantes na função; profissionais com uma trajetória de trabalho vivida dentro da rede municipal e profissionais vindos de outras redes.

Em 1994, a rede conquista a hora de trabalho pedagógico (HTP) e passa a ter assim um horário remunerado, em serviço, para a formação continuada. Cabe lembrar que essa conquista se deu para os professores e só em 1996 (ao final do ano) ela foi estendida às ADI's, com a conseqüente redução da jornada de trabalho para seis horas. Todos os profissionais passaram a ter, no mínimo, quatro horas de trabalho pedagógico semanais.

Com a organização da rede física própria foram sendo geradas outras exigências de formação, como é o caso da formação voltada aos diretores de unidade e mesmo dos orientadores pedagógicos.

Um outro elemento a se considerar nessa análise é a questão da autonomia das unidades escolares. O crescimento da rede e mesmo a constituição de unidades escolares municipais não

foi permeado por um processo organizado e intencional de descentralização.

### Considerações Finais

Ao definirmos o ano de 1983 como início da nossa análise, o fizemos porque, ao nosso ver, ao se constituir a Secretaria Municipal de Educação, estabelecia-se do ponto de vista da administração pública um “locus” para se pensar a política educacional do município. Esse fato implica, segundo a nossa compreensão, numa diferença substancial em relação ao período anterior, no qual a antiga Coordenadoria de Educação apenas operacionalizava projetos de outras esferas de governo.

Buscava-se, assim, superar uma relação dicotômica entre “o pensar” e “o fazer”, permitindo contextualizar a Educação na realidade social do município.

Com o passar do tempo, o atendimento cresce, a demanda fica mais complexa, a realidade político-social do município e da própria administração municipal se modificam e a SEDUC vai perdendo sua capacidade de formuladora de política educacional. Assim, esvaziou-se o “locus” do pensar.

Esse esvaziamento manifesta-se hoje nas várias “ausências”:

1. Sistematização dos dados educacionais do município, que possa contribuir para a superação da fragmentação e descontinuidade das políticas educacionais;
2. Proposta Curricular que sistematize o pensamento educacional da rede, construído ao longo do tempo;
3. Política de Formação continuada que defina o perfil do educador municipal;
4. Proposta de construção da autonomia das unidades.

Junto a essas “ausências” é preciso lembrar a necessidade de se aprimorar os atuais mecanismos e instrumentos de diálogo interno e externo da SEDUC. Responder a essas exigências significa assim, restabelecer à SEDUC a capacidade de formuladora de política educacional para a qual foi criada. Evidentemente que isso não significa retornar ao passado. Significa revisita-lo, procurando pistas para construir o presente e o futuro, procurando superar as fragilidades. Além disso precisamos construir uma análise precisa do momento histórico que vivemos, situando o papel da Educação e do educador nesse contexto.

Antes de mais nada, precisamos lembrar que vivemos um período de mudanças rápidas que tem gerado enormes crises no contexto educacional. O papel do Estado, nas suas várias instâncias, vem sendo amplamente questionado por uma sociedade complexa, com níveis diferenciados de demanda em relação a esse mesmo Estado. Na instância municipal essa

realidade global vem acompanhada de reduzidos recursos financeiros.

Assim, para que se continue a pensar o Estado, e no caso o município, como promotores de equidade social, o histórico padrão de gestão deve ser necessariamente alterado em favor de um processo que garanta a participação cada vez maior e consciente de todos os envolvidos, permitindo uma ação planejada e avaliada constantemente, dentro e fora da Secretaria.

Para tanto, uma primeira questão que se coloca é a necessidade da SEDUC superar a sua própria fragmentação interna entre diretorias e equipes, de modo que todas se constituam em formuladoras e operacionalizadoras da política municipal de educação. Somente à medida em que cada diretoria e/ou equipe entender o seu papel e como se complementam esses diferentes papéis na prática diária, será possível a explicitação do que pensam, do que fazem, do porquê e para quem fazem e desta maneira poderão aprimorar a ação cotidiana da Secretaria.

Uma outra questão necessária é que a SEDUC aprimore sua capacidade de análise da realidade. Nesse sentido, o processo de levantamento de dados e análise dos mesmos precisa ser o norteador do planejamento das ações da SEDUC e das unidades.

Dentro dessa perspectiva de gestar a política educacional do município é preciso que a SEDUC sistematize a proposta de currículo, numa lógica democrática e participativa. Nessa lógica é fundamental que essa sistematização se faça a partir do resgate do fazer histórico e do fazer atual, procurando explicitar as concepções de educação subjacentes a “esses fazeres”, e a definição do “fazer necessário” frente à realidade atual.

A definição coletiva do que fazer deve levar ao questionamento do perfil necessário para realizar tal fazer. Assim é preciso identificar o perfil ou “perfis” dos profissionais existentes hoje, bem como a formação necessária para se chegar ao profissional que se espera ter. Nesse sentido, a construção de uma política de formação continuada passa também e, necessariamente, por uma lógica participativa e democrática, a qual comprometa o indivíduo com a sua própria formação.

Dessa forma, ao construir uma proposta de currículo e de formação continuada, à luz de uma análise quantitativa e qualitativa de sua realidade, a SEDUC retoma sua condição de elaboradora de política educacional.

No entanto, esse processo precisa ser consubstanciado em duas grandes outras ações, dados os desafios que a realidade impõe.

Uma dessas ações se faz no sentido de garantir que esse processo de diálogo interno se reproduza externamente com a sociedade civil, através do aperfeiçoamento dos fóruns existentes hoje, como o COMED (Conselho Municipal de



Educação), e de outros a serem criados, de acordo com a necessidade.

Uma outra ação necessária passa pela construção de uma política de autonomia das Unidades Escolares, procurando constituir nesses espaços um processo de contínua elaboração e reelaboração da política municipal de educação. Para tanto, é necessário estabelecer nas unidades uma prática reflexiva constante sobre o papel da Educação e do Educador, sem perder de vista que esse processo se dá coletivamente – junto às outras unidades, e num contexto, ou seja, num tempo e numa dada sociedade.

Nesse sentido, as Unidades devem também exercitar o diálogo externo para que o movimento de elaboração seja permanente e democrático.

Na atual administração a Secretaria Municipal de Educação construiu “elementos” importantes para a estruturação de uma gestão participativa e democrática da educação municipal. Assim, o Regimento Comum das Escolas Municipais e os Conselhos de Escola constituem diretrizes importantes para a construção da

autonomia nas unidades e também para uma gestão participativa e democrática da educação.

A Central de Vagas, a comissão que a fiscaliza e a construção dos critérios para a concessão de vagas, resultado de uma ação conjunta da SEDUC, COMED e o Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente são exemplos de ações que vão na mesma direção.

Outros exemplos poderiam ser aqui citados como a “*Campanha Volte para Ficar*”, que mobilizou setores diversos, inclusive pessoas voluntárias da comunidade num enfrentamento à questão da evasão escolar.

O fundamental é que todos eles apontam na direção de nos debruçarmos sobre os mecanismos de participação existentes hoje, aperfeiçoá-los e ampliá-los, envolvendo cada vez mais um número maior de “atores” na construção das diretrizes educacionais do município.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BITTAR, Jorge (Org). *O modo petista de governar*. São Paulo: Teoria e Debate, 1992.
- CACCIA-BAVA, Sílvio, SOARES, José Arlindo (Orgs). *Os desafios da gestão municipal democrática*. São Paulo: Cortez, 1998.
- CHRISTOV, Luiza Helena da Silva. *Fazer e aprender no trabalho, o trabalho de todo dia*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica.
- DEÁK, Simone C. P., FERREIRA, Regina H. P. C.. *A trajetória da Secretaria Municipal de Educação de Presidente Prudente: da compreensão à mudança. Presidente Prudente, 1999*. Monografia (Especialização em Planejamento e Gestão Municipal) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.
- FERREIRA, Naura S. Carapeto (Org). *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. São Paulo: Cortez, 1998.
- GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José E. (Orgs). *Autonomia da escola: princípios e propostas*. São Paulo: Cortez, 1997.
- GARMS, Gilza Maria Zauhy. *Construtivismo piagetiano aplicado a educação pré-escolar: a vinculação teoria e prática no processo de aprendizagem*. Marília, 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.
- GERBASI, Ondina B. *Criança do CIEM: objeto de guarda ou objeto pedagógico?* Marília, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.
- GUIMARÃES, Célia Maria. *Leitura e escrita na pré-escola: o processo de ensino da leitura e escrita – idéias, concepções e influências na prática educacional dos professores da pré-escola municipal de Presidente Prudente-SP*. Marília, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.
- “O IMPARCIAL” – Suplemento Especial. Presidente Prudente, 06 de agosto de 1988.
- KRAMER, Sônia. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. São Paulo: Cortez, 1995.
- PRESIDENTE PRUDENTE. Prefeitura Municipal. CIEM's – Centros Integrados de Educação Municipal. Presidente Prudente: Prefeitura Municipal, 1991.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 1996.